

**Cooperativa Central de Crédito do Estado
de São Paulo – Sicoob São Paulo**

**Demonstrações financeiras de 31 de dezembro
de 2020 e o relatório do auditor independente**



RTA-074-2021

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SPT. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

Ribeirão Preto SP, 15 de fevereiro de 2021.

www.moorebrasil.com.br

À
Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo
Ribeirão Preto SP

Atenção do Senhor **Rodrigo Matheus Silva de Moraes**
Diretor Presidente

Prezado Senhor:

Encaminhamos-lhe as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do relatório do auditor independente.

Pedimos a gentileza de nos devolver a via protocolada desta carta para nosso controle e arquivo.

Atenciosamente,

Moore Prisma Auditores e Consultores**Hélio Mazzi Júnior**
Diretor

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 e o relatório do auditor independente

Sumário

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações Financeiras	
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado.....	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10
1 Contexto operacional	10
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis	11
3 Caixa e equivalentes de caixa.....	15
4 Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	15
5 Títulos e valores mobiliários.....	16
6 Operações de crédito	16
7 Outros créditos.....	18
8 Outros valores e bens	18
9 Investimentos	19
10 Imobilizado de uso e intangível	20
11 Depósitos a prazo	20
12 Relações interfinanceiras	21
13 Outras obrigações.....	21
14 Provisões	22
15 Patrimônio líquido.....	23
16 Outros ingressos operacionais	24
17 Dispêndios administrativos.....	25
18 Dispêndios de pessoal	25
19 Outros dispêndios operacionais	25
20 Partes relacionadas.....	26
21 Índice de Basiléia	29
22 Coobrigações e riscos em garantias prestadas.....	30
23 Seguros contratados	30
24 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos.....	30

**Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras**

Aos cooperados e administradores da
Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo
Ribeirão Preto SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a

administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 29 de janeiro de 2021.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Hélio Mazzi Júnior
CRC 1SP189107/O-3

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				Passivo			
Circulante		7.073.775	4.828.620	Circulante		6.969.958	4.707.103
Disponibilidades	3	4	25	Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Instrumentos Financeiros				Depósitos a prazo	11	488.415	4.517.584
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	6.990.327	4.477.833	Relações interfinanceiras	12	6.474.433	183.425
Títulos e valores mobiliários	5	79.201	350.167	Outras obrigações	13	7.110	6.094
Operações de Crédito	6	1.910	-				
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(10)	-	Não circulante		6.064	1.124
Outros créditos	7	567	595	Exigível a longo prazo			
Outros valores e bens	8	1.776	-	Depósitos e demais instrumentos financeiros			
				Depósitos a prazo	11	5.228	-
Não circulante		165.232	148.576	Provisões	14	836	926
Realizável a longo prazo				Outras obrigações	13	-	198
Instrumentos financeiros							
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	5.228	-	Patrimônio líquido	15	262.985	268.969
Operações de Crédito	6	1.861	-	Capital social		219.682	231.548
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(9)	-	Reserva legal		25.376	22.503
Outros créditos	7	837	829	Reserva de contingência		9.885	9.885
Outros valores e bens	8	654	654	Sobras acumuladas		8.042	5.033
Investimentos	9	153.884	144.568				
Imobilizado de uso	10	3.616	4.005				
Intangível	10	296	121				
(-) Depreciações e amortizações	10	(1.135)	(1.601)				
Total do ativo		7.239.007	4.977.196	Total do passivo e patrimônio líquido		7.239.007	4.977.196

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

		2020		2019
	Nota	2º semestre	Exercício	Exercício
Ingressos de intermediação financeira		80.735	174.628	272.957
Operações de crédito	6a	53	68	2
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	67.308	152.725	247.996
Títulos e valores mobiliários	5	13.374	21.835	24.959
Dispêndios de intermediação financeira		(68.125)	(155.450)	(259.827)
Operações de captação no mercado	11 e 12	(68.125)	(155.431)	(259.827)
Provisões para perdas em operações de crédito	6d	-	(19)	-
Resultado bruto de intermediação financeira		12.610	19.178	13.130
Ingressos operacionais		6.698	12.166	23.298
Resultado de participação societária	9	5.542	9.568	13.222
Outros ingressos operacionais	16	1.156	2.598	10.076
(Dispêndios) operacionais		(13.515)	(19.855)	(38.978)
Dispêndios administrativos	17	(2.499)	(5.018)	(4.299)
Dispêndios de pessoal	18	(4.271)	(7.927)	(6.378)
Dispêndios de depreciação e amortização		(194)	(317)	(202)
Outros dispêndios operacionais	19	(6.551)	(6.593)	(28.099)
Resultado operacional		5.793	11.489	(2.550)
Resultado líquido não operacional		-	-	(862)
Sobra (perda) líquida antes da reversão dos juros sobre o capital		5.793	11.489	(3.412)
Juros sobre o capital	19	6.409	6.409	12.729
Sobra líquida do semestre/exercícios		12.202	17.898	9.317

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Sobra líquida do semestre/exercícios	12.202	17.898	9.317
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercícios	12.202	17.898	9.317

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva de contingência	Sobras acumuladas	Total
Em 1º de janeiro de 2019	205.688	20.705	20.487	9.736	256.616
Deliberações da Assembleia Geral Ordinária					
Aumento de capital com sobras	9.736	-	-	(9.736)	-
Integralização de capital	3.395	-	-	-	3.395
Utilização da reserva de contingência	-	-	(10.602)	10.602	-
Sobra líquida do exercício	-	-	-	9.317	9.317
Juros sobre o capital	12.729	-	-	(12.729)	-
Destinações estatutárias das sobras:					
Reserva legal (25%)	-	1.798	-	(1.798)	-
FATES (5%)	-	-	-	(359)	(359)
Em 31 de dezembro de 2019	231.548	22.503	9.885	5.033	268.969
Deliberações da Assembleia Geral Ordinária					
Aumento de capital com sobras	5.033	-	-	(5.033)	-
Integralização de capital	3.000	-	-	-	3.000
Devolução de capital	(25.883)	-	-	-	(25.883)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	17.898	17.898
Juros sobre o capital	5.984	-	-	(6.409)	(425)
Destinações estatutárias das sobras:					
Reserva legal (25%)	-	2.873	-	(2.873)	-
FATES (5%)	-	-	-	(574)	(574)
Em 31 de dezembro de 2020	219.682	25.376	9.885	8.042	262.985

	Capital social	Reserva legal	Reserva de contingência	Sobras acumuladas	Total
Em 1º de julho de 2020	238.138	22.503	9.885	5.696	276.222
Integralização de capital	1.443	-	-	-	1.443
Devolução de capital	(25.883)	-	-	-	(25.883)
Sobras líquida do semestre	-	-	-	12.202	12.202
Juros sobre o capital	5.984	-	-	(6.409)	(425)
Destinações estatutárias das sobras:					
Reserva legal (25%)	-	2.873	-	(2.873)	-
FATES (5%)	-	-	-	(574)	(574)
Em 31 de dezembro de 2020	219.682	25.376	9.885	8.042	262.985

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

	2020	2019
	2º semestre	Exercício
	1.084.375	2.413.950
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		673.022
Sobra ajustada	8.629	(3.703)
Sobra líquida do semestre/exercícios	12.202	9.317
Provisões para perdas em operações de crédito	-	-
Depreciação e amortização	194	202
Residual de baixas do ativo imobilizado e intangível	1.775	-
Resultado de participação societária	(5.542)	(13.222)
Reversão de provisão para contingências	-	-
Variações nos ativos	45.680	135.315
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(50)	13.355
Títulos e valores mobiliários	47.492	111.030
Operações de crédito	(52)	-
Outros créditos e outros valores e bens	(1.710)	10.930
Variações nos passivos	1.030.066	541.410
Depósitos	467.544	538.134
Relações interfinanceiras	561.550	11.480
Outras obrigações	972	(8.204)
Fluxos de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	321	71.957
Redução (aumento) em investimentos	1.145	50.974
Dividendos recebidos	-	21.291
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	(824)	(308)
Fluxos de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	(24.865)	3.395
Integralização de capital	1.443	3.395
Devolução de capital	(25.883)	-
Juros sobre o capital próprio	(425)	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.059.831	748.374
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios (nota 3)	6.009.701	3.932.633
Caixa e equivalentes de caixa final do semestre/exercícios (nota 3)	7.069.532	4.681.007

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo (denominada “Cooperativa”), fundada em 6 de dezembro de 1988, é uma sociedade cooperativa que tem por objetivo à organização em comum, e em maior escala, dos serviços econômicos e assistenciais de interesse de suas associadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução dos seus objetivos. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 3 de novembro de 2005, através do registro sob nº 63.917.579/0001-71.

A Cooperativa está sediada na Avenida Professor João Fiusa nº 2.604, bairro Jardim Canadá, em Ribeirão Preto SP e tem sua área de atuação abrange todo o Estado de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro e ao território de suas filiadas.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.434/2015.

Está integrada à Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – SICOOB Confederação e é uma das acionistas majoritárias do Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB, tendo controle compartilhado sobre o mesmo (nota 20).

A Resolução CMN nº 4.151/2012 e a Circular BCB nº 3.669/2013 requerem a apresentação de demonstrações financeiras combinadas para as cooperativas centrais de crédito a partir de junho de 2013, caso estas optem pela divulgação de tais informações. As demonstrações financeiras combinadas da cooperativa central de crédito serão apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras combinadas do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - SICOOB.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

A administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento, quais sejam:

- CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/2008;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;
- CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/2011;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/2015; e
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa e foram aprovadas em 29 de janeiro de 2021, as quais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/2020 que regulamentou procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e com a Resolução BCB nº 2/2020, que estabeleceu diretrizes, incluindo a divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente, abertura de saldos no Balanço Patrimonial de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, depreciações e amortizações, no ativo, e provisões, no passivo, alterações que não influenciaram no saldo total desta demonstração.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1 Apuração das sobras

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários livres, de curto prazo e alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento. As aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários são avaliadas pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço (nota 3).

b.4 Instrumentos financeiros

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

A Circular BCB nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

b.5 Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

b.6 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

b.7 Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

b.8 Investimentos

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Cooperativa tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Cooperativa nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração das sobras e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Cooperativa. Quando a participação da Cooperativa nas perdas de uma controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Cooperativa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

b.9 Imobilizado de uso

Instalações, móveis e equipamentos, veículos e edificações, são demonstrados pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na nota 10. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são registrados em receitas não operacionais, líquidas.

b.10 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

b.11 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment).

b.12 Depósitos a prazo e centralização financeira

Os depósitos a prazo e a centralização financeira são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os depósitos a prazo pós-fixados e a centralização financeira são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis). Os depósitos pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar.

b.13 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

b.14 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

b.15 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

b.16 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante. Essa segregação considera a intenção da administração da Cooperativa na manutenção de ativos.

b.17 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

b.18 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

3 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades, as aplicações interfinanceiras e os títulos e valores mobiliários são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa (nota 2b.3).

Descrição	2020	2019
Disponibilidades	4	25
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	6.990.327	4.477.833
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	79.201	203.149
	7.069.532	4.681.007

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Modalidade	2020			2019
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante
	Até 90 dias	Após 360 dias		Até 90 dias
LFT Compromissada BANCOOB	1.172.572	-	1.172.572	1.118.929
CDI – Pós-fixada	5.817.755	5.228	5.822.983	3.358.904
	6.990.327	5.228	6.995.555	4.477.833

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se, substancialmente, a Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT e em aplicações em Certificado de Depósito Interbancário – CDI, efetuadas no BANCOOB (nota 19a), com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI e da SELIC, respectivamente. Parte do saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez de 2020 encontra-se bloqueado pelo BANCOOB, para garantir o empréstimo contraído por uma cooperativa associada junto ao FGCoop, no montante de R\$ 5.228.

Foi registrado no resultado do exercício de 2020, em ingressos da intermediação financeira – aplicações interfinanceiras de liquidez, rendimentos no montante de R\$152.725 (R\$ 247.996 em 2019).

5 Títulos e valores mobiliários

Modalidade	2020			2019
	Até 90 dias	Até 90 dias	Após 90 dias	Total
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i)	-	89.833	134.016	223.849
Certificados Tesouro Nacional – ECTN (ii)	-	43.082	13.002	56.084
Fundo Centralização Financeira (iii)	79.073	70.234	-	70.234
Fundo Renda Fixa (iv)	128	-	-	-
	79.201	203.149	147.018	350.167

- (i) Referem-se a títulos do Tesouro Nacional atualizados pela taxa Selic, considerando o valor, prazo e época da aplicação, cuja remuneração é de, aproximadamente, 100% da taxa Selic.
- (ii) Em 31/12/2019 referiam-se a títulos do Tesouro Nacional relativos às renegociações de operações de créditos assumidas de cooperativas associadas, com valor de face equivalente ao valor da dívida. Os títulos foram resgatados em 12/2020.
- (iii) Referem-se a aplicações no BANCOOB originadas de excedentes de caixa da conta movimento da Sicoob São Paulo e remuneradas por, aproximadamente, 93% do CDI.
- (iv) Referem-se a cotas de Fundo de Renda Fixa no BANCOOB, cuja remuneração média é de, aproximadamente, 100% do CDI. Os títulos de renda fixa referem-se, substancialmente, a aplicações junto ao Tesouro Nacional.

Foi registrado no resultado do exercício de 2020, em ingressos da intermediação financeira - títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R\$ 21.835 (R\$ 24.959 em 2019).

6 Operações de crédito

a Composição da carteira de crédito por modalidade

Descrição	2020		
	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos	1.910	1.861	3.771
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(10)	(9)	(19)
	1.900	1.852	3.752

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendimentos no montante de R\$ 68 (R\$ 2 em 2019).

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2020 Vincendas
A	0,5%	3.771

c Composição do saldo por faixas de vencimento

Faixas de vencimento	2020
De 91 a 360 dias	1.910
Acima de 360 dias	1.861
	3.771

d Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Saldos iniciais	2020
	-
Constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(19)
Saldos finais	(19)

7 Outros créditos

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Depósitos judiciais (i)	-	837	837	-	829	829
Impostos e contribuições a compensar	33	-	33	21	-	21
Devedores diversos	534	-	534	574	-	574
	567	837	1.404	595	829	1.424

(i) Refere-se substancialmente a depósitos judiciais para PIS e COFINS, atualizados pela taxa SELIC (nota 14).

8 Outros valores e bens

Descrição	2020			2019
	Circulante	Não circulante	Total	Não circulante
Bens não de uso próprio – imóvel (i)	1.776	1.517	3.293	1.517
(-) Provisão para desvalorização de bens não de uso	-	(863)	(863)	(863)
	1.776	654	2.430	654

(i) Parte do saldo, no montante de R\$ 1.776 refere-se ao valor contábil líquido da antiga Sede da Cooperativa, e o montante de R\$ 1.517 refere-se a imóveis recebidos de cooperativa ex-associada, em dação de pagamento de dívidas decorrentes de operações de crédito.

9 Investimentos

Descrição	2020	2019
Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB	124.400	115.186
Confederação Nacional das Cooperativas Sicoob Ltda. - SICOOB Confederação	28.935	28.935
Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito – CONFEBRÁS	1	1
Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa- CNAC	434	434
Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. - SICOOB Corretora	12	12
SicoobSP Corretora de Seguros Ltda.	51	-
Ativos SicoobSP Securitizadora Ltda.	51	-
	153.884	144.568

O quadro abaixo apresenta a movimentação dos investimentos:

	BANCOOB	SICOOB Confederação	Confebrás	CNAC	SICOOB Corretora	SICOOBSP Corretora	Ativos SicoobSP Securitizadora	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	174.358	28.912	1	328	12	-	-	203.611
Recebimento de dividendos	(21.291)	-	-	-	-	-	-	(21.291)
Resultado de equivalência patrimonial	13.222	-	-	-	-	-	-	13.222
Aumento de investimentos	21.290	23	-	106	-	-	-	21.419
Venda de ações PN	(72.393)	-	-	-	-	-	-	(72.393)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	115.186	28.935	1	434	12	-	-	144.568
Recebimento de dividendos	(7.297)	-	-	-	-	-	-	(7.297)
Resultado de equivalência patrimonial	9.568	-	-	-	-	-	-	9.568
Aumento de investimentos	8.190	-	-	-	-	51	51	8.292
Venda de ações ON	(1.247)	-	-	-	-	-	-	(1.247)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	124.400	28.935	1	434	12	51	51	153.884
Saldos em 1º de julho de 2020	120.105	28.935	1	434	12	-	-	149.487
Recebimento de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	5.542	-	-	-	-	-	-	5.542
Aumento de investimentos	-	-	-	-	-	51	51	102
Venda de ações PN	(1.247)	-	-	-	-	-	-	(1.247)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	124.400	28.935	1	434	12	51	51	153.884

10 Imobilizado de uso e intangível

Descrição	Taxa anual de depreciação / amortização	Custo	Depreciação / amortização acumulada	2020	2019
				Líquido	Líquido
Imobilizado de uso					
Imobilizações em curso	-	393	-	393	238
Instalações	10%	1.490	(68)	1.422	15
Móveis e equipamentos	De 10% a 20%	1.642	(733)	909	328
Veículos	20%	91	(69)	22	68
Edificações	4%	-	-	-	1.876
		<u>3.616</u>	<u>(870)</u>	<u>2.746</u>	<u>2.525</u>
Intangível					
Softwares	10%	296	(265)	31	-
		<u>3.912</u>	<u>(1.135)</u>	<u>2.777</u>	<u>2.525</u>

11 Depósitos a prazo

a Composição do saldo

Descrição	2020		2019
	Circulante	Não circulante	Circulante
Depósitos	<u>488.415</u>	<u>5.228</u>	<u>4.517.584</u>
		<u>493.643</u>	

Os depósitos a prazo possuem liquidez imediata, são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados.

Com a finalidade de redução de despesas com registros na B3, foi aprovado no decorrer do primeiro semestre de 2020, a transferência dos recursos das singulares em Depósito a Prazo (RDC) para a Centralização Financeira (nota 12a), exceto as aplicações que tratam de garantias, alterando também, a remuneração diária de 95% do CDI do dia para 100% do CDI dia.

b Concentração de depósitos a prazo

	2020		2019	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	280.871	57	1.913.507	42
Dois maiores depositantes	395.924	80	2.756.240	61
Dez maiores depositantes	493.643	100	4.166.715	92

No exercício de 2020, foram registrados R\$ 70.004 (R\$ 251.049 em 2019) no resultado em operações de captação no mercado, de depósitos a prazo.

12 Relações interfinanceiras

a Composição do saldo

Descrição	2020	2019
Centralização financeira de cooperativas	6.474.433	183.425

A circular BCB nº 3.238/2004, criou, no plano contábil das instituições financeiras – COSIF, desdobramentos de subgrupos e títulos contábeis a serem utilizados pelas cooperativas na contabilização dos valores oriundos do ato cooperativo denominado centralização financeira, cuja premissa é de registrar a transferência das sobras de caixa das cooperativas singulares para o Sicoob São Paulo.

No exercício de 2020, foram registrados R\$ 85.427 (R\$ 8.778 em 2019) no resultado em operações de captação no mercado, de centralização financeira.

b Concentração da centralização financeira

	2020		2019	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	2.332.442	36	36.116	20
Dois maiores depositantes	3.852.913	60	60.053	33
Dez maiores depositantes	6.098.490	94	147.387	80

13 Outras obrigações

Descrição	2020		2019	
	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Sociais e Estatutárias:				
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	4.122	4.079	-	4.079
Gratificações a pagar	298	250	-	250
Quotas de capital a pagar	624	199	198	397
	5.044	4.528	198	4.726
Fiscais e Previdenciárias:				
Impostos e contribuições a recolher	340	280		280
Diversas:				
Provisão de férias, 13º salário e encargos	926	715	-	715
Outras	800	571	-	571
	1.726	1.286	-	1.286
	7.110	6.094	198	6.292

- (i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 15c).

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

14 Provisões

Descrição	2020	2019
Provisões para contingências – tributárias (i)	836	826
Provisões para contingências – trabalhistas (ii)	-	100
	836	926

(i) A Cooperativa está discutindo na esfera administrativa autuações da Secretaria da Receita Federal referentes à incidência Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, sobre os rendimentos financeiros obtidos das aplicações financeiras, e também quanto à majoração da alíquota da COFINS, para as quais possui depósitos judiciais de R\$ 837 em 31 de dezembro de 2020 (nota 7**(i)**) (R\$ 829 em 2019). O período de apuração das autuações é de janeiro de 1999 a dezembro de 2002. Os saldos dos depósitos judiciais são corrigidos monetariamente. Os assessores jurídicos da Cooperativa, com base no mérito e nas provas, entendem que toda movimentação financeira de cooperativa de crédito constituiu ato cooperativo, de modo que não há base de incidência dos tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Cabe observar que há decisões judiciais favoráveis a outras cooperativas de crédito, em processos similares, em relação a COFINS e ao PIS, assim como, decisões favoráveis, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais “CARF”, quanto a não incidência do IRPJ e CSLL em sociedades cooperativas. Embora o cenário jurídico seja favorável à Cooperativa, os entendimentos jurídicos e por parte da Receita Federal do Brasil ainda não foram pacificados. Portanto, em 31 de dezembro de 2020, a administração da Cooperativa optou em manter a provisão para contingências dos valores atualizados dos autos de infração de R\$ 836 (R\$ 826 em 31 de dezembro de 2019), julgadas suficientes para cobrir eventuais perdas das ações em trâmite.

(ii) No decorrer do exercício de 2020, a Cooperativa reverteu a provisão ora constituída no montante de R\$ 100, em virtude de desfecho desfavorável de causa, cujo montante julgado foi inferior ao valor provisionado.

A provisão está assim constituída:

Descrição	2020	2019
Saldos iniciais	926	8.884
Reversão (nota 16)	(100)	(8.160) (iii)
Atualização (nota 19)	10	202
Saldos finais	836	926

(iii) No decorrer do segundo semestre de 2019, a Cooperativa obteve êxito em um dos processos relacionados ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. Em virtude do desfecho do processo, a Cooperativa reverteu a provisão ora constituída no montante de R\$ 8.160.

A Cooperativa é ré em três demandas de natureza cível, com valor total de R\$ 3.820, discutidas na esfera judicial, onde a administração decidiu com base na opinião de seus assessores jurídicos, que indica perda possível, mas não provável, em não registrar provisão para contingência em face desse assunto.

Conforme os assessores jurídicos da Cooperativa, não há outros processos que indicam perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2020.

15 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social é representado por quotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Cada cooperativa singular associada tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes na Cooperativa, exceto aquelas impedidas por desacordo estatutário.

No exercício de 2020, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 3.000, com recursos provenientes de suas associadas (R\$ 3.395 em 2019) e R\$ 5.984 pela incorporação de juros ao capital (R\$ 12.729 em 2019).

Em 31 de dezembro de 2020 a Cooperativa contava com 16 associadas (17 em 2019).

Em 1º de novembro de 2020, conforme Assembleia Geral Extraordinária Conjunta, aconteceu a incorporação do Sicoob Credicoonai pelo Sicoob Credicitrus. Após a incorporação, considerando que, nenhuma cooperativa singular poderá exceder ao limite máximo de 1/3 do capital social do Sicoob São Paulo, o Conselho de Administração, na 189ª reunião realizada em 28 de outubro de 2020, autorizou a devolução do capital excedente à cooperativa incorporadora, no montante de R\$ 25.883, sendo R\$ 17.663 referente ao capital do Sicoob Credicoonai e mais o complemento de R\$ 8.220, mantendo-se assim o mesmo percentual de participação do Sicoob Credicitrus, antes da incorporação.

O capital social da Cooperativa é de R\$ 219.682 e de R\$ 231.548 em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente, totalmente subscrito e integralizado.

b Reservas de sobras

b.1 Reserva legal

Tem como finalidade reparar perdas eventuais e futuras e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, o percentual de destinação para a Reserva Legal é de 25%.

b.2 Reserva de contingência

Constituída em exercícios anteriores, a reserva de contingência é indivisível entre as cooperativas singulares associadas e é destinada para cobertura de perdas decorrentes das atividades operacionais e não operacionais não previstas no orçamento anual. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em vinte

de dezembro de 2018, foi deliberado pela retirada da reserva de contingência do Estatuto Social, bem como, foi deliberado pela utilização integral dos montantes constituídos até aquela data, para cobertura das contribuições ao Fundo de Estabilidade e Liquidez do Sicoob Confederação, cuja utilização deverá ocorrer pelo período máximo de 36 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2021, ocasião em que o Fundo de Contingência e Liquidez será liquidado e eventuais recursos remanescentes serão transferidos para o Fundo de Reserva da Central. No decorrer de 2019, foi utilizado o total de R\$ 10.602 para contribuições ao referido Fundo. Em 2020 não ocorreu retirada da reserva.

b.3 Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES

Possui a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 13(i)). O percentual de destinação do FATES é de 5%.

c Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social da Cooperativa, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2020, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2019 para aumento do capital (R\$ 5.033).

16 Outros ingressos operacionais

Descrição	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Centro de Serviços Compartilhados – CSC (i)	1.122	2.431	1.612
Reversão de provisão para contingências (nota 14)	-	100	8.160
Recuperação de encargos e despesas	31	45	123
Comissões recebidas da Sicoob Corretora	3	13	13
Atualização monetária de depósito judicial	-	9	39
Distribuição de sobras do Sicoob Confederação (nota 9)	-	-	23
Remuneração do capital social junto a CNAC	-	-	106
	1.156	2.598	10.076

- (i) Referem-se à recuperação de despesas mediante o repasse para as cooperativas participantes da centralização de serviços relacionados à contabilidade, folha de pagamento, controles internos e auditoria interna. Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa contava com 10 associadas (10 em 2019) aderentes à centralização contábil, 7 associadas (5 em 2019) aderentes à folha de pagamento, 11 associadas (10 em 2019) aderentes aos controles internos e 6 associadas (7 em 2019) com processos centralizados de auditoria interna.

17 Dispêndios administrativos

Descrição	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rateio despesas SICCOB Confederação	(529)	(1.169)	(1.048)
Propaganda, publicidade, promoções, seguros	(605)	(1.026)	(901)
Despesas com sistema financeiro	(337)	(706)	(563)
Aluguel de imóveis	(180)	(360)	(120)
Serviços técnicos especializados	(122)	(327)	(230)
Vigilância e segurança	(141)	(308)	(290)
Processamento de dados	(116)	(233)	(205)
Despesas de comunicações	(73)	(131)	(110)
Outras despesas administrativas	(396)	(758)	(832)
	(2.499)	(5.018)	(4.299)

18 Dispêndios de pessoal

Descrição	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Proventos	(2.534)	(4.495)	(3.796)
Encargos sociais	(853)	(1.620)	(1.285)
Honorários e cédulas de presença	(573)	(1.146)	(753)
Benefícios a empregados	(306)	(654)	(544)
Treinamentos	(5)	(12)	-
	(4.271)	(7.927)	(6.378)

19 Outros dispêndios operacionais

Descrição	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Juros sobre o capital (i)	(6.409)	(6.409)	(12.729)
Correção provisões passivas (nota 14)	-	(10)	(203)
Contribuição ao Fundo de Tecnologia da Informação (ii)	-	-	(4.522)
Contribuição ao Fundo de Estabilidade e Liquidez Sicoob (nota 15b.2)	-	-	(10.602)
Outros dispêndios operacionais	(142)	(174)	(43)
	(6.551)	(6.593)	(28.099)

(i) Conforme determinado pela Carta Circular BCB nº 3.935/2019, os juros sobre o capital social das cooperativas pagos ou creditados aos seus associados foram registrados no resultado do exercício, como “Outros dispêndios operacionais”, e ajustados.

(ii) Referem-se à arrecadação mensal das cooperativas filiadas que utilizam o Sistema Sisbr, tendo como base o número de transações realizadas no mesmo. São destinadas ao Fundo para Investimentos do SICCOB, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária do SICCOB Confederação de 9 de dezembro de 2015. Os recursos financeiros arrecadados são destinados ao pagamento de investimentos em tecnologia elegíveis a integrar o ativo imobilizado e o ativo intangível do SICCOB Confederação. O prazo de duração do Fundo é indeterminado e sua liquidação deverá ser deliberada por Assembleia Geral.

20 Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim descritas nos semestres:

a BANCOOB

O BANCOOB é um banco comercial privado especializado no atendimento às cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao SICOOB Confederação. A Cooperativa mantém saldos de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários junto ao BANCOOB, nos termos que estariam disponíveis para terceiros.

Em 9 de setembro de 2020, foi divulgada a Carta Circular nº 555 pelo Sicoob Confederação, informando sobre o novo acordo das cooperativas centrais filiadas ao Sicoob Confederação e Acionistas do Bancoob, firmado em 11 de fevereiro de 2020, o qual alterou a regra de composição no Conselho de Administração do Bancoob, passando a considerar as dezesseis centrais no quórum de deliberação. Dessa forma, cada Central tem direito a um único voto nas reuniões, independentemente da quantidade de ações que detenha. O peso das ações só será utilizado como critério de desempate.

Descrição	2020	2019
Principais saldos:		
Ativo		
Circulante		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	6.990.327	4.477.833
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	79.201	70.234
Realizável a longo prazo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	5.228	-
Investimentos (nota 9)	124.400	115.186
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	152.725	247.996
Títulos e valores mobiliários	3.801	3.059
Resultado de participação em controlada (nota 9)	9.568	13.222

b SICOOB Confederação

O SICOOB Confederação é uma cooperativa de terceiro grau, segundo a legislação cooperativista e, como instituição, possui personalidade jurídica própria. Foi constituída pelas cooperativas centrais do Sistema - Centrais Sicoob e possui a finalidade de defender os interesses das cooperativas representadas, ofertar serviços, promover a padronização, supervisão e integração operacional, financeira, normativa e tecnológica.

Descrição	2020	2019
Principais saldos:		
Ativo		
Não circulante		
Investimentos (nota 9)	28.935	28.935
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Outros ingressos operacionais (nota 16)	-	23
Dispêndios		
Rateios de dispêndios do SICOOB Confederação (i) (nota 17)	(1.169)	(1.048)
Contribuição ao Fundo de Tecnologia da Informação (nota 19)	-	(4.522)

- (i) Em 14 de dezembro de 2016, o SICOOB Confederação através da Resolução 179, instituiu a Política de Rateio de Despesas do SICOOB Confederação, com início de vigência para 1º de janeiro de 2017. De acordo com a política, as despesas a serem rateadas são classificadas em: a) tecnologia: contemplam as despesas de depreciação e amortização, despesas com pessoal, processamentos de dados, pessoal terceirizado, comunicação, serviços técnicos, segurança e outras despesas; b) demais áreas: contemplam as despesas de depreciação e amortização, despesas com pessoal, administrativas, aluguéis e condomínios, comunicação, serviços técnicos e outras despesas.

c Cooperativas singulares ou cooperativas de primeiro grau

O Sicoob São Paulo possui transações com partes relacionadas, compreendendo as cooperativas singulares ou cooperativas de primeiro grau, cujo objeto social é o de proporcionar assistência financeira aos associados, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias das cooperativas de crédito. São 16 cooperativas singulares filiadas ao Sicoob São Paulo. As cooperativas de crédito singulares do Sicoob São Paulo são instituições financeiras resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos específicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e, portanto, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços da cooperativa e também seus donos.

Descrição	2020	2019
Principais saldos:		
Ativo		
Circulante		
Operações de crédito (nota 6)	1.900	-
Não circulante		
Operações de crédito (nota 6)	1.852	-
Passivo		
Circulante		
Depósitos a prazo (nota 11)	488.415	4.517.584
Relações interfinanceiras (nota 12)	6.474.433	183.425
Não circulante		
Depósitos a prazo (nota 11)	5.228	-
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Centro de Serviços Compartilhados - CSC (nota 16)	2.431	1.612
Dispêndios		
Dispêndios com depósitos a prazo (nota 11)	(70.004)	(251.049)
Dispêndios de depósitos intercooperativos (nota 12)	(85.427)	(8.778)

d Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. – SICOOB Corretora

A Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. - SICOOB Corretora é uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, constituída pelas cooperativas centrais do Sistema – Sicoob. Possui a finalidade de prestar serviços de administração e corretagens de seguros em geral, bem como, serviços afins e correlatos.

Descrição	2020	2019
Principais saldos:		
Ativo		
Não circulante		
Investimentos (nota 9)	12	12
Principais operações:		
Resultado		
Ingressos		
Outros ingressos operacionais (nota 16)	13	13

e SicoobSP Corretora de Seguros Ltda.

No decorrer do Exercício de 2020, foi constituída a SicoobSP Corretora de Seguros, sendo uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, constituída pelo Sicoob São Paulo, com participação de 51% nas cotas de capital integralizadas e pelas cooperativas singulares associadas ao Sicoob São Paulo. Possui a finalidade de prestar serviços de administração e corretagens de seguros em geral, bem como, serviços afins e correlatos.

Descrição	2020
Principais saldos:	
Ativo	
Não circulante	
Investimentos (nota 9)	51

f Ativos SicoobSP Securitizadora Ltda.

No decorrer do exercício de 2020, foi constituída a Ativos SicoobSP Securitizadora Ltda., sendo uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, constituída pelo Sicoob São Paulo, com participação de 51% nas cotas de capital integralizadas e pelas cooperativas singulares associadas ao Sicoob São Paulo. A sociedade tem por objetivo social a compra e administração de operações de crédito, aquisições de bens móveis e imóveis e participação em outras sociedades.

Descrição	2020
Principais saldos:	
Ativo	
Não circulante	
Investimentos (nota 9)	51

g Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração da Cooperativa inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria e as cédulas de presença dos conselheiros que, no exercício de 2020, montaram a R\$ 1.146 (R\$ 753 em 2019).

21 Índice de Basileia

O patrimônio líquido da Cooperativa apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, com índices de Basileia de 12,76% e 23,17% em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	2020	2019
Patrimônio de Referência- PR	164.851	180.680
RWA para Risco de Crédito - RWA_{ACPAD}	1.227.988	734.628
RWA para Risco de Mercado - RWA_{MPAD}	19.342	56
RWA para Risco Operacional - RWA_{OPAD}	25.745	30.517
RWA total	1.273.075	765.201
Parcelas de Riscos	101.846	61.216
Adicional Capital Principal ACP	15.913	19.130
Parcela R_{BAN}	1.758	1.543
Total Parcelas + ACP + R_{BAN}	119.517	81.889
Índice de Basileia - IB	12,76%	23,17%

- (i) Em 16 de março de 2020, o Banco Central do Brasil – BACEN tornou público a Resolução CMN nº 4.783/2020, que estabelece, por prazos determinados, percentuais a serem aplicados ao montante RWA, para fins de apuração da parcela ACPConservação de que trata a Resolução CMN nº 4.193/2013. No período de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021, haverá a redução do Adicional de Conservação de Capital Principal (ACPConservação) de 2,5% para 1,25%, trazendo o percentual mínimo para o Índice de Basileia para 9,25% a partir de 1/4/2020. Esse percentual irá aumentar gradualmente em datas estabelecidas, retornando a 10,5% em 1/4/2022.

22 Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Cooperativa não é avalista de suas associadas em transações junto ao BANCOOB.

23 Seguros contratados

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados à garantia de veículos de propriedade da Cooperativa e seguro empresarial para cobrir eventuais sinistros relacionados ao imóvel no qual a Cooperativa está instalada. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante máximo da cobertura
Veículos	Colisão, incêndio, roubo, danos materiais, corporais, mortes e invalidez	75
Imóvel	Incêndio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos e outros	7.967

24 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

a Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

b Risco de Mercado e de liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

c Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

d Risco de crédito e socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

e Gestão de Continuidade de Negócios (GCN)

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

Rodrigo Matheus Silva de Moraes
Diretor Presidente
CPF 196.424.368-84

Michele Aparecida Tavares Pinto
Contadora CRC: 1SP 260623/O-9
CPF 318.322.158-65

Pedro Sérgio do Campo
Diretor responsável pela área contábil
CPF 171.274.888-27

*** fim ***

REDE GLOBAL MOORE

Uma rede mundial que atua há mais de 100 anos com personalidade local.

Isso garante proximidade ao cliente e profundo conhecimento da sua região de atuação, respeitando culturas e legislações.

CONTATO

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º Andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP - Brasil

T 55 (16) 3019 7900
E moorerp@moorebrasil.com.br



www.moorebrasil.com.br

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.